

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-076-6
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2013



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

CONSTRUINDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

Silvana Sousa¹
Maria Antonia de Souza²

RESUMO

O presente estudo relata a experiência do processo da organização do trabalho pedagógico em uma escola do campo que se autodefiniu como do campo e está vivenciando um processo de construção/fortalecimento de sua identidade. Inicialmente apresenta-se um breve histórico sobre o movimento da Educação do Campo no âmbito nacional, estadual e da região do Norte Pioneiro, para em seguida demonstrar o processo vivido na proposta de intervenção da escola com práticas para fortalecer a sua identidade. Diante do conhecimento dessa realidade, esta pesquisa aponta a necessidade da formação de educadores e de toda comunidade escolar para compreender o significado da escola do campo no contexto do movimento nacional da Educação do Campo.

Palavras- chave: Educação do campo, escola pública; identidade; projeto político pedagógico

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do Campo é uma semente que foi lançada na década de 1990 e que emerge em todo o país, pois traz presente a legitimação de uma luta necessária, urgente: o resgate ao direito de uma dívida historicamente negada aos povos do campo. Inúmeras práticas já dão identidade a esta concepção, a qual vem constituindo-se em política pública.

Existe no Brasil, o que tem sido denominado de movimento nacional da educação do campo, conforme Munarim (2008), composto pelas organizações, movimentos sociais e sindicais do campo e universidades. Tornou-se uma ação conjunta, tendo como centro, no caso do estado do Paraná, a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo e o Comitê Estadual de Educação do

¹ Professora da Rede Pública do Estado do Paraná, formada em Pedagogia com especialização em Educação do Campo e pedagoga no ensino fundamental e médio no Colégio Est. Do Campo de Calógeras.

² Professora Doutora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

Campo. Ambos pautando e produzindo novos cenários na Educação Paranaense e, que nesta última década vem se concretizando mais fortemente no Estado do Paraná.

No estado do Paraná, tal movimento produz conquistas quando inicialmente constitui dentro da Secretaria de Estado da Educação (SEED) uma Coordenação de Educação do Campo e a partir dela e com ela, desdobra um conjunto de programas e políticas públicas. Esse movimento busca resgatar uma dívida histórica com os sujeitos do campo: o direito à educação nos locais em que vivem e trabalham, educação de qualidade e também em quantidade, pois precisa ser expandida, interiorizada neste país, vinculada à cultura, ao trabalho e ao seu modo de vida.

Nesta perspectiva, o diálogo e a opção política são fundamentais para consolidar os caminhos. Dessa forma, cria-se no Paraná o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, parceria entre Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e Instituições Públicas de nível Superior com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Destaca-se que o PRONERA também é fruto do movimento nacional da educação o campo.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), por meio do Departamento da Diversidade e da Coordenação Estadual da Educação do Campo, articulada com a Coordenação nos 32 Núcleos Regionais de Educação – NREs desenvolveu, no período de 2003 a 2010, programas e políticas públicas educacionais voltadas aos sujeitos do campo em parceria com os mesmos. Trata-se de conquista e, ao mesmo tempo um desafio, incorporar as necessidades dos movimentos sociais e do conjunto dos sujeitos do campo nas políticas e programas de um governo no estado. Desse esforço, por quem estava na coordenação, dentro do estado e dos movimentos sociais, no sentido de entrar no estado sem perder os princípios do movimento, foi um aprendizado que gerou conquistas para os movimentos sociais. A conquista da Escola Itinerante para os acampamentos do MST, em 2003, para atender às necessidades educativas dos sujeitos em luta pela reforma agrária; a retomada pelo Estado das Escolas Indígenas que estavam sendo coordenadas pelos municípios (etnias Kaingang, Guarani, Xokleng e descendentes da etnia Xetá nas aldeias do Paraná) com o objetivo de propiciar um ensino de qualidade, voltado à realidade e diferenciada que respeite e fortaleça os costumes, tradições, língua, bem como uma educação que reconheça as organizações sociais dos povos indígenas; as Escolas das Ilhas, Escolas Quilombolas e as Escolas

Faxinalenses, reconhecidas como tal, a partir da produção dos projetos políticos pedagógicos pelos próprios sujeitos. Passa-se a reconhecer as especificidades desses povos tradicionais, criando-se e desenvolvendo o curso de formação inicial de educadores (normal) para formar educadores indígenas.

As Casas Familiares Rurais, por meio da Pedagogia da Alternância, outra forma de fazer a Escola do Campo no Paraná, foram ampliadas. O Estado assumiu a contratação de professores por área do conhecimento, incluindo o técnico/agropecuário para atuarem na escola, aproximando as mesmas ao debate da Educação do Campo.

A implementação do Programa Escola Ativa³ e do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra, no ano de 2010, em parceria com o Governo Federal-MEC/SECAD tem como objetivo desenvolver políticas públicas de Educação do Campo bem como o Programa Projovem, direcionado para a juventude, o de oportunizar aos jovens agricultores familiares excluídos do sistema formal de ensino, a escolarização em nível de Ensino Fundamental, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional. A parceria entre a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR) e a SEED escolariza os educandos e especializa em Educação do Campo o conjunto de educadores envolvidos.

A formação continuada de educadores foi uma das maiores ações desenvolvidas, voltadas à Educação do Campo e em parceria com os movimentos sociais. Também foram feitas formações com o conjunto de educadores da rede estadual de ensino, ofertada pela SEED, através de grupos de estudos, seminários e simpósios de Educação do Campo.

A elaboração e disseminação de Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (PARANÁ, 2006) constituem-se mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o educador a reorganizar sua prática educativa, tornando-se cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas. A intenção é que as diretrizes possam motivar os professores na observação

³ A Escola Ativa é uma estratégia metodológica voltada para as classes multisseriadas, com gestão democrática e aprendizagem centrada no aluno.

e apropriação da riqueza que o campo brasileiro oferece à ampliação dos conhecimentos escolares.

A produção de materiais de apoio pedagógico para escola e educadores, como cadernos temáticos da Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, da Educação para as Relações Etnorraciais, dos Sem Terra, dentre outros, marca o compromisso de um governo com a Educação do Campo, sempre pautado pelo movimento social, mas que aponta desafios para tornar-se política pública.

As ações desenvolvidas, em coerência com os documentos oficiais orientadores para a implementação de políticas públicas educacionais da Educação do Campo, têm como objetivo a reorganização do atendimento escolar dos sujeitos do campo. Ressaltando que entre os anos de 2000 a 2008, a SEED ampliou de 318 estabelecimentos escolares estaduais que se declararam no Censo Escolar como sendo de zona rural (campo), para o total de 423 estabelecimentos escolares, representando um aumento de 35% de Escolas do Campo. Há, ainda, mais 161 estabelecimentos de ensino que se declararam no Censo Escolar como escolas de zona urbana, porém, localizam-se em territórios rurais. Destaca-se que as referidas escolas seguem legislação municipal de zoneamento urbano, mesmo apresentando características socioculturais e geográficas de campo, portanto, Escola do Campo (VERDE In Parecer 1011/2010-CEE/CEB – PR, p. 10).

Diante deste contexto, a SEED, por meio dos processos n.º 1337/2009, de 01/12/2009 e processos n.º 330/2010, de 01/03/2010, encaminha solicitação de apreciação de proposta do Departamento da Diversidade, Coordenação de Educação do Campo sobre a identidade e organização das Escolas do Campo da Rede Pública do Estado do Paraná.

O DESPERTAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO NORTE PIONEIRO EM ESPECIAL NA MICRORREGIÃO DE WENCESLAU BRAZ

A **microrregião de Wenceslau Braz** é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense. Sua população foi estimada, em 2006, pelo IBGE, em 97.225

habitantes e está dividida em dez municípios⁴, possuindo uma área total de 3.157,658 km².

Na questão fundiária, o tipo familiar é relativamente mais frequente nesta microrregião, predominando unidades produtivas com área total de quatro módulos fiscais. Entretanto, apresenta também um nível considerado forte de concentração do acesso a terra.

Quanto aos “assentamentos rurais e comunidades tradicionais” – contamos com dois assentamentos (1 em Wenceslau Braz e outro em Santana do Itararé), onde foram assentadas 26 famílias, caracterizando a lenta mobilização pelo acesso a terra e à participação do Programa Nacional de Reforma Agrária nesta microrregião.

Segundo o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, instituído pelo Governo do Estado do Paraná, neste espaço não foram identificadas comunidades remanescentes de quilombolas.

A população indígena se faz presente no Município de Tomazina (etnia Guarani), na Reserva de Pinhalzinho com a população de 146 indígenas. Nesta microrregião, os três produtos mais importantes em termos de valor bruto da produção são bovinos, aves e soja. Outros três produtos (milho, café e madeira) se alternam na ordem de importância ao longo do período. Em linhas gerais, a microrregião é especializada em atividades agropecuárias e agroindustriais. Segundo o diagnóstico socioeconômico do Território Norte Pioneiro:

[...] alguns segmentos voltados à produção agrícola anotaram decréscimo do estoque de empregos com carteira assinada, o que pode estar relacionado à mecanização e/ou à substituição de lavouras, como reflexo dos altos níveis de rentabilidade assegurados por determinadas culturas, em geral direcionadas ao mercado externo (IPARDES, 2007, p. 97).

Diante desse relato, resultado da pesquisa sobre o **Diagnóstico Socioeconômico do Norte Pioneiro**, realizado pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), nota-se a pressão que a agricultura familiar vem recebendo em nossa região onde a monocultura do pinus, eucalipto e soja estão tomando conta do nosso território.

Sendo assim, percebe-se que as famílias residentes nas comunidades rurais

⁴ Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Catiguá, São José da Boa Vista, Salto do Itararé, Santana do Itararé, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz .

estão num processo de empobrecimento devido à concentração de terras na perspectiva do agronegócio, gerando o despovoamento e desagregação das comunidades e falta de perspectivas em várias dimensões de desenvolvimento. Ao tratar-se especificamente da proposta educacional, esta atende uma concepção de educação rural, principalmente por conta da nucleação das escolinhas e afastamento das crianças e adolescentes para espaços distantes das famílias, impossibilitando aos pais e mães o acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

Neste contexto, inicia-se o movimento da Educação do Campo, na emergência da necessidade de mudança diante da realidade do campo e suas comunidades, tendo como perspectiva um processo de “Desenvolvimento e Educação do Campo”, buscando gerar “movimento” nas comunidades numa perspectiva de desenvolvimento multidimensional para que os povos do campo passem a pensar todas as relações que os envolvem, buscando projetos para uma qualidade de vida coletiva.

Tais ações emergem no período de 2006 com o primeiro de muitos outros seminários, conferências, encontros, projeto de extensão⁵ organizados por um conjunto de organizações como: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Prefeituras Municipais, Núcleos Regionais da Educação, Território da Integração do Norte Pioneiro, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - PR (EMATER), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Articulação Paranaense e do Norte Pioneiro por uma Educação do Campo com o objetivo de fortalecer esta Política Pública que vem sendo desenvolvida em todo o país e que começava a se expressar com força em nossa região, que entendia que Educação do Campo e Desenvolvimento caminham de mãos dadas.

Tendo como ponto de partida esses eventos, iniciou-se a discussão sobre uma Educação do Campo pensada com os sujeitos na busca de um desenvolvimento humano e social, na tentativa de melhorar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos, a formação dos profissionais de educação e a infraestrutura das escolas. Há também a preocupação quanto à agricultura familiar ameaçada pelo agronegócio, pelo fato de que ela deve ser defendida como uma

⁵ Projeto Comunidade, Família e Escola: Por uma Educação do e no Campo. Desenvolvido no município de W. Braz – PR – 2010 – 2012. Com o objetivo de criar um processo que coloque as famílias, comunidades e escolas do campo “em movimento” buscando construir uma perspectiva de desenvolvimento multidimensional.

forma histórica de produzir cultura, valores, saberes e seres humanos no diálogo com a terra de trabalho e sociabilidade. Como afirma Arroyo in Souza (2006, p. 11):

A produção e o trabalho como princípios educativos: se o movimento é pedagógico, a defesa da terra, e do trabalho, as formas de produção agrícola são vistas, também, pelos movimentos do campo como educativas, formadoras. Chama atenção sua defesa da terra como terra de trabalho, de produção de vida e de cultura. De autoprodução ou de produção de identidades e subjetividades coletivas.

Do processo vivido entre os anos de 2006 a 2013, destacam-se algumas ações desenvolvidas na trajetória da Educação do Campo do Norte Pioneiro, como: a organização das assembleias para a definição da identidade das escolas do campo; a implementação e acompanhamento do Programa Projovem - Campo Saberes da Terra e da Escola Ativa; o acompanhamento pedagógico às escolas do campo; a produção de material bibliográfico⁶; o encaminhamento de educandos para Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Tecnologia Federal do Paraná - Campus Dois Vizinhos (UTFPR) e dos professores da rede estadual para a especialização em Educação do Campo na UFPR e a construção de uma Casa Familiar Rural no município de Wenceslau Braz.

Considerando o processo vivenciado neste período ficou evidente que a Educação do Campo é o caminho para reflexões que possam articular um novo modelo político-pedagógico na busca de ações que contemplem as particularidades destas populações. Nos momentos de debates e proposições foram os próprios sujeitos que trouxeram à tona suas demandas, constituindo-se como sujeitos de direitos, pedagogizando este espaço do campo, ressignificando culturas, saberes; reconcebendo a forma de viver no campo.

Neste sentido, a nova dinâmica do campo demonstra um conjunto de indicadores culturais, sociais e educacionais das populações do campo, que estão em desvantagem, os quais são relativos à falta de implementação de políticas públicas para o campo, sejam nas dimensões da educação, produção, lazer, cultura, entre outras.

Desta forma, ao concebermos o campo como um espaço de vida e a educação como ação transformadora, a partir de seus sujeitos, acredita-se que todo

⁶ Publicação do livro nº 6 da coleção do Projovem-Campo Saberes da Terra, onde está o registro da experiência vivenciada no Projeto Comunidade, Família e Escola: por Uma Educação do e no Campo, HOELLER Silvana de Cássia. (org.) Matinhos: Editora UFPR Litoral - 2013.

o processo deverá ser estruturado com sua participação e a partir de sua realidade.

Se quisermos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações. (CALDART, 2000, p. 94)

Tomando por base a reflexão acima, a constituição do Parecer 1011/10-CEE/CEB que normatiza a criação da identidade da Escola Pública do Campo no Estado do Paraná e a Instrução 001/2010 SSED/SUED/SUD no sentido de transformar a escola, relata-se o processo de uma escola na construção da sua identidade.

UMA ESCOLA EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE

O Colégio Estadual de Calógeras, situado à Rua Orlando Batista Mendes, 160 – Calógeras - PR, tem se organizado para a construção de sua identidade enquanto escola do campo. Este Colégio originou-se de uma escola nucleada pertencente ao Município de Arapoti⁷, está situada num Distrito do Município, atende 422 estudantes (262 do Ensino Médio e 160 do Ensino Fundamental), um número expressivo de educandos do campo, advindos dos bairros da zona rural e do próprio distrito. Os educandos e as famílias que residem no distrito têm uma relação direta com o trabalho do campo, pois a grande maioria trabalha como boia-fria na região, nas grandes fazendas, no plantio de pinus e eucalipto ou possuem pequenas áreas de terra com produção para subsistência e algum excedente para comercialização.

A escola contou também com duas turmas do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra nos anos de 2010 a 2012 e, diante disso, oito professores cursaram a Especialização em Educação do Campo na UFPR. O colégio, frente a seu envolvimento com o movimento da Educação do Campo, encaminhou três (ex) alunos para cursar a Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Dois Vizinhos e participou também de um programa de formação continuada em Educação do Campo

⁷ Município da Mesorregião do Centro Oriental Paranaense, onde há duas escolas do campo no regime multisseriado inseridas no Programa Escola Ativa, duas escolas nucleadas do campo que ofertam a educação básica. Este município pertence ao Núcleo Regional da Educação de Wenceslau Braz e mesmo não pertencendo à localização geográfica do Norte Pioneiro, participa do movimento da Educação do Campo da região.

conduzido em parceria com o NRE.

Tais fatos levaram, no ano de 2011, à organização e realização da Assembléia para o processo de identificação da escola e mudança de nomenclatura do **Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Calógeras** para **Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo de Calógeras**.

Enquanto coordenadora da Educação do Campo do Núcleo Regional da Educação de Wenceslau Braz (2006 - 2011), esta pesquisadora participou de todo o processo de construção da identidade da referida escola, permanecendo no cargo até o término do ano de 2011, quando em uma nova gestão do governo estadual assume Carlos Alberto Richa - PSDB, que não proporciona as condições de suporte necessárias à construção da identidade para as escolas que se autodenominaram como do campo.

A administração da SEED passou a eleger outras prioridades, no velho esquema da descontinuidade, isto é, desconsiderando todas as conquistas adquiridas para as escolas do campo do nosso estado na gestão anterior. Sendo assim, mesmo existindo políticas públicas específicas para a Educação do Campo, a referida escola continua enfrentando dificuldades em efetivar a concepção e identidade da Educação do Campo que vai além da mudança formal do nome da escola.

Efetivamente, para este governo, não há o reconhecimento nem a valorização da diversidade sociocultural da comunidade no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças e resgate da identidade da população atendida, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, que apresentam princípios e procedimentos para adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais e do nosso Estado.

Desde o início, sabia-se que o processo não seria tranquilo ou tão natural, mas este é justamente o desafio da Educação do Campo: formar e conscientizar os sujeitos sobre sua história e lugar na sociedade. E o Colégio Estadual do Campo de Calógeras, nos anos de 2012 e 2013, desenvolveu algumas ações para isso, como a organização da feira para comercializar a produção dos alunos e a organização de grupos de estudos elegendo como tema a Educação do Campo.

A partir dessa realidade, deu-se a escolha da implementação da proposta de intervenção do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional - turma 2013),

neste colégio, onde se busca a concretização da transformação desta escola para a construção/fortalecimento da sua identidade. O que se propõe a seguir é um breve relato sobre o processo vivido na proposta de intervenção da escola com práticas para fortalecer a sua identidade.

O VIVIDO NA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DA ESCOLA

A primeira ação, a atividade das **Histórias de vida**, permitiu retomar a prática pedagógica e metodológica, construindo um conhecimento para provocar uma linguagem entre as pessoas, criando uma maneira de busca/investigação e tornando cada ação, cada trabalho, sentimento ou expressão, motivo para verificar semelhanças, diferenças, significados, validade, por meio do estudo, do aprofundamento abrangendo todos os aspectos da vida sejam sociais, afetivos, profissionais, emocionais ou religiosos.

As histórias de vida permitiram que cada educador/educadora/educando se reconhecesse no outro, enquanto grupo social, e um dos fatos comuns a todos/as foi a relação que tiveram com o campo na infância e que alguns ainda mantêm.

Percebeu-se também, que cada história não é exclusiva de cada sujeito, individual, mas concretamente situada num tempo, num espaço, que pode ser no espaço rural ou urbano, possibilitando pela socialização destas trajetórias, a percepção de que existe mais que um projeto de desenvolvimento para o campo e para a cidade, com políticas específicas, determinadas e que, por sua vez, determinam a vida das pessoas, os processos de construção do conhecimento, o desenvolvimento dos locais e, principalmente, uma identidade ao povo do campo e uma lógica também para a educação e as escolas do campo.

Freire (2000, p. 79) alerta para a necessidade de encararmos a história como possibilidade e encorajamento para acreditarmos que há outras maneiras de organizar a sociedade. Por meio desta atividade, os/as educadores/as perceberam a possibilidade de trabalhar os conteúdos da sua disciplina, estabelecendo uma relação com as histórias de vida dos/as educandos/as da nossa escola.

Para iniciar a segunda atividade, **Analisando o projeto político pedagógico da escola**, debatemos a questão: Como fortalecer a identidade da escola do campo por meio da organização do trabalho pedagógico na tentativa de propor práticas que considerem os princípios da Educação do Campo e sua materialidade de origem?

Para isso, utilizamos o texto “O Projeto político pedagógico e sua proposta para contribuir na construção/fortalecimento da identidade da escola” (Sousa, p.17, 2013). Ao analisarmos o referido documento, percebemos que a escola já estava desenvolvendo algumas ações para contribuir com o fortalecimento da sua identidade, mas que poderíamos pensar em outras práticas, por meio do planejamento coletivo e na construção de ações para o nosso plano do ano letivo de 2014.

Consideramos alguns traços de identidade da Educação do Campo para tal proposição, como a construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, pensado sob o ponto de vista dos camponeses e considerando-os no sentido de diferentes grupos de trabalhadores do campo, cujo processo de reprodução social se faz na contraposição às relações capitalistas de produção, ainda que subordinado a elas.

A terceira ação, **Construindo o inventário da comunidade**, foi um momento importante para pensarmos sobre o contexto histórico-cultural, social e econômico dos/as nossos/as educandos/as. A partir disso, realizamos um debate sobre a questão do currículo: Para que ensinar, o que ensinar, como ensinar?

Alguns educadores(as) ainda apresentam resistência em entender que os conteúdos das escolas do campo são os mesmos das outras escolas, e o que muda é apenas a relação que devem estabelecer com a temática da educação do campo.

Consideramos alguns aspectos do inventário para a construção do planejamento coletivo e ações a serem implementadas durante o ano letivo na tentativa de fortalecer a nossa identidade. Uma das possibilidades positivas do inventário realizado que balizou nossa reflexão foi a de que a agricultura familiar é a base de subsistência das famílias que estão fixadas na comunidade a várias gerações e que isto está se perdendo pela falta de políticas públicas para a agricultura familiar.

Pensamos que o reflexo disso está nos pontos negativos do inventário como, a falta de trabalho e os que são trabalhadores serem mensalistas/diaristas dos grandes proprietários das terras; o uso intensivo de bebidas e drogas; a agricultura mecanizada que substitui o trabalhador; e a carência dos/as educandos/as em todos os sentidos (cultural, social, emocional e econômico).

O resultado de todo o trabalho desenvolvido por meio das atividades já expostas nos levou a implementação da quarta ação, **O Planejamento coletivo dos**

educadores, sendo escolhidos como eixo temático a ser trabalhado no 1º semestre do ano letivo de 2014, a “**Cultura e identidade dos povos do campo**” por compreendermos que a cultura é entendida como toda produção humana que se constrói a partir das relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo.

Cultura e identidade foram dois conceitos problematizados a partir da primeira semana de aula, quando realizamos a atividade sobre a trajetória de vida dos/as nossos/as educandos/as. Tal proposta nos permitiu conhecer as práticas socioculturais vividas na comunidade onde a escola está localizada, pudemos analisar as relações sociais vividas nos ambientes comunitários e de trabalho dos seus familiares.

Para a construção do planejamento coletivo dos educadores, utilizamos a metodologia do Planejamento Mandala que propõe aos educadores a organização coletiva, por área do conhecimento (Linguagens e suas tecnologias, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Matemática), do Plano de Trabalho Docente para o semestre. Este exercício foi importante para que os educadores percebessem as possibilidades das relações dos conteúdos da sua disciplina do 1º e 2º bimestres com o eixo temático da Educação do Campo escolhido para o 1º semestre (Cultura e identidade) do ano letivo de 2014.

Sabendo da necessidade de um comprometimento dos envolvidos no processo e de criação de uma estrutura que dê conta de propostas voltadas para as especificidades do campo, sempre com a grande preocupação de não promover o esvaziamento de conteúdos, mas com uma lógica inclusiva, tratando nossas crianças e adolescentes com respeito e dignidade,

DESAFIOS PÓS-IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do 1º bimestre do ano letivo de 2014, reuniram-se a equipe pedagógica e os/as educadores/as para avaliar o trabalho.

O momento foi considerado importante para a reflexão sobre o papel da escola do campo, percebendo-se um grande desafio para o educador/a dessa modalidade escolar específica, o de que não basta apenas ter o conhecimento científico, é necessário ser conhecedor dos problemas do campo que envolvem a agricultura e a própria Educação do Campo.

Os professores relataram que sentiram dificuldades em relacionar os conteúdos do bimestre com o eixo temático proposto. Decidiu-se então, organizar um planejamento coletivo, elegendo temáticas do eixo **Cultura e identidade** para serem trabalhadas durante o 2º bimestre na tentativa de direcionar melhor o trabalho.

Sentiu-se a necessidade de pesquisar os aspectos da realidade local nas dimensões do trabalho, saúde, lazer, cultura e educação. Os/as educadores/as tomaram como ponto de partida uma temática escolhida e como ponto de chegada, a inserção de conteúdos selecionados para levar o aluno ao exercício da reflexão e produção de conhecimentos para compreenderem os aspectos culturais diversos que compõe a sua realidade.

Reconhecer a sua identidade é essencial para superar a visão de que outras culturas são superiores à cultura campestre brasileira. Faz-se necessário construir estratégias de aproximação da comunidade com a escola, para isso, pensou-se na organização de uma Mostra Cultural para finalizar o trabalho do semestre, apresentando o resultado da pesquisa realizada para a comunidade.

Para o fortalecimento da Educação do Campo nas escolas, faz-se necessário a formação com toda a comunidade escolar para compreender as intencionalidades da Educação do Campo. Isso, porém, não é tarefa simples, uma vez que nas escolas do campo há poucos professores efetivos, pois a maioria são professores PSS (Processo Seletivo Simplificado), o que causa uma alta rotatividade e sobrecarga de trabalho à equipe pedagógica/administrativa, formada por uma única pedagoga nesse cargo.

Cabe mencionar aqui as dificuldades por a escola estar localizada em um espaço rural/distrital em que tudo é sucateado, desde a estrutura de recursos humanos até a infraestrutura predial, e essa falta de tudo é justificada pelo pequeno número de alunos.

Defende-se então, a necessidade da organização de um calendário específico para a preservação das singularidades da escola do campo. Em época de safra, a família necessita de mão de obra do/a filho/a estudante: “Os tempos do povo do campo são diferentes dos tempos urbanos”. Conseqüentemente, o educador que atua no campo deveria estar lotado somente numa escola, deveria poder contar com concurso específico para a escola do campo, com o incentivo ao vínculo

permanente, dedicação exclusiva gratificada, a exemplo do ensino superior, caso contrário, não tem como haver compatibilidade de calendário/horário.

Para isso, precisa-se também, fortalecer a Educação do Campo por meio de processos articulados, que envolvam as entidades, as organizações e movimentos sociais do campo, os sistemas de ensino público municipal e estadual, as universidades públicas, comunitárias e privadas, entre outros, em vista da construção de processos de desenvolvimento *sustentáveis, multidimensional e a partir dos sujeitos locais*.

Durante o período deste semestre, no acompanhamento do processo educativo, tem-se observado alguns avanços, mas percebe-se que ainda há muito a lutar.

Sabemos que a educação do campo é um conceito cunhado pelos movimentos sociais e organizações sociais do campo, que envolvem interesses, desejos e lutas, tendo a preocupação de defender o direito que as populações têm de desenvolver os processos educacionais, a partir do lugar onde vivem e de sua realidade.

Nota-se que um processo foi iniciado, no qual se está tentando a implementação de uma proposta de Educação do Campo para fortalecer a identidade da escola e que, apesar dos limites, houve avanço significativo na conquista de espaços onde comunidade, família e escola estão buscando uma educação voltada para o ensinar/aprender de uma docência mais humana.

Entende-se que educadores e educadoras precisam construir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores socialistas e humanistas, disseminando junto ao próprio sistema de ensino, as especificidades da escola do campo bem como as mudanças necessárias a esta modalidade da educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO M. G.. **Imagens Quebradas. Trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2004

ASSESOAR, Cadernos número 4. **Da gestação à consolidação de um Programa de Formação de Professor@s do Campo.** Francisco Beltrão/Pr, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.** Brasília, abr. 2002.

_____. MEC/SECAD. Cadernos Pedagógicos do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra. Brasília, 2008.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 28 de abril de 2008. **Diretrizes Complementares.** Brasília, 2008

CALDART, R. S.. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo:UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Uma só escola para todos.** Petrópolis:Vozes, 1990

IPARDES. **Diagnóstico Socioeconômico do Norte Pioneiro.** Curitiba, 2007.

MOLINA M. C; JESUS M. S. A. (Orgs.) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo.** Coleção Por Uma Educação do Campo nº 5. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

MARTINS, Fernando Jose. **Organização do trabalho pedagógico e educação do campo.** Educação (UFSM), 2008.

PARANÁ, SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná.** Curitiba, 2006.

_____. **Parecer 1011/10- CEE/CEB.** (Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo) Curitiba, 2010.

_____. **Instrução 001/2010 SEED/SUED/SUD.** (Estratégias necessárias para a elaboração e a implementação de um plano de trabalho integrado com vistas à gestão das políticas públicas educacionais – da Educação) Curitiba, 2010.

_____. **Orientações DEDI/SEEC.**(Orientações para mudança de nomenclatura das Escolas/Colégios do Campo) Curitiba, 2011.PARANÁ, SEED.

SOUZA, M. A. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2006. 135 p.

SOUSA, S. A; GEHRKE. M. **Identificação das escolas do campo: uma experiência em processo no estado do Paraná.** Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo. UFPR-Litoral. Matinhos, 2011.

SOUSA, S. A; SOUZA, M. A. **Construindo práticas pedagógicas para o fortalecimento da identidade da escola do campo.** Produção Didático-Pedagógica (Unidade Didática) apresentada ao Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE),UEPG. Ponta Grossa, 2013.